



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Mojuí dos Campos



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Mojú dos Campos (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

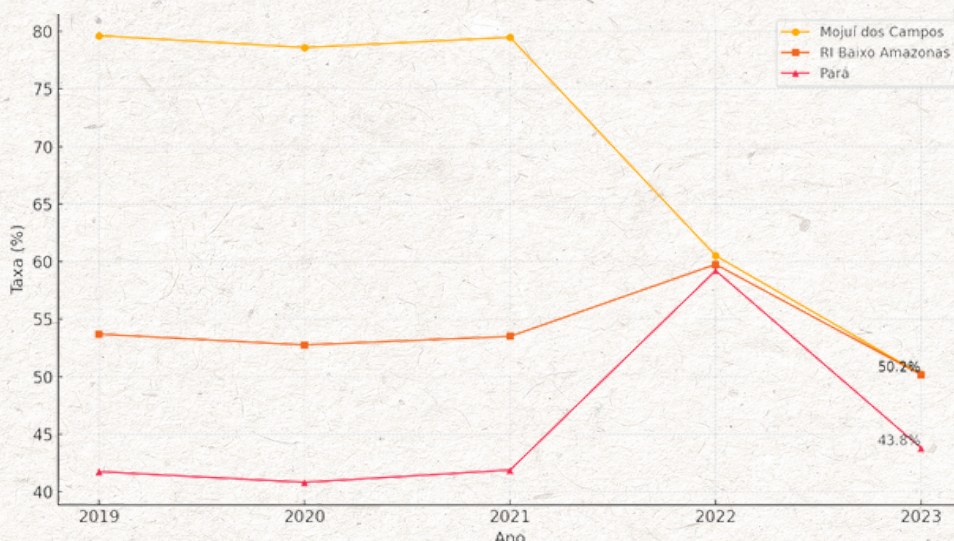


Evolução da Taxa de Pobreza

No município de Mojuí dos Campos, a taxa de pobreza manteve-se bastante elevada entre 2019 e 2021, girando em torno de 79-80%. A partir de 2022, observou-se uma queda expressiva, passando de cerca de 79,7% em 2021 para 60,2% em 2022 e, finalmente, para 50,2% em 2023. Essa redução pode estar associada a políticas públicas mais eficazes de transferência de renda, recuperação econômica local ou melhorias no mercado de trabalho, embora o patamar ainda esteja acima da média estadual e regional (Gráfico 1).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a taxa apresentou um comportamento relativamente estável entre 2019 e 2021, oscilando levemente em torno de 53%, com aumento em 2022, quando chegou próximo de 60%. No entanto, também houve queda em 2023, atingindo 50,1%, sugerindo que os fatores de redução da pobreza em Mojuí dos Campos podem estar ligados a tendências mais amplas na região (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Já no estado do Pará, a taxa de pobreza foi consideravelmente mais baixa no período observado, iniciando em torno de 41,5% em 2019 e mantendo-se estável até 2021. Em 2022, houve um salto para quase 60%, indicando possível impacto da descontinuidade de auxílios emergenciais ou aumento da vulnerabilidade social. Em 2023, a taxa recuou significativamente, atingindo 43,8 %, refletindo uma retomada do controle sobre os indicadores sociais em nível estadual (Gráfico 1).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

No município de Mojuí dos Campos, os percentuais de despesas públicas com serviços essenciais (como saúde, educação e assistência social) mantiveram-se estáveis de 2019 a 2022, em torno de 68%, mas houve uma queda expressiva em 2023, quando o indicador caiu para 62,9%. Essa diminuição pode sinalizar uma realocação orçamentária, cortes de gastos ou mesmo dificuldades administrativas na execução dos serviços públicos prioritários, o que pode impactar a sustentabilidade da recente redução da pobreza observada

(Gráfico 2).

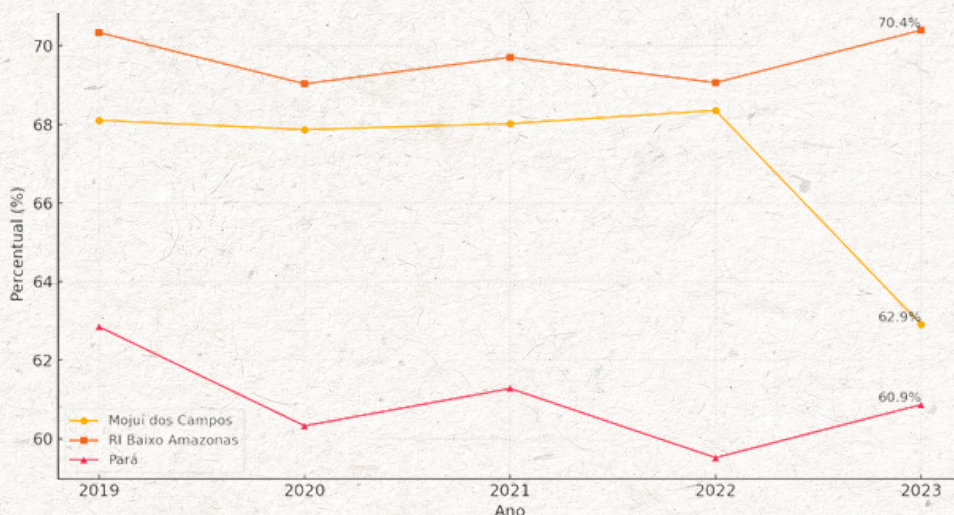
Na RI Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi mais estável e superior ao do município, iniciando em 70,3% em 2019 e oscilando levemente até atingir 70,4% em 2023, o maior percentual do período. Esse padrão aponta para uma maior constância no compromisso com os serviços essenciais na região, o que pode explicar em parte a resiliência da taxa de pobreza regional em relação aos picos observados no estado (Gráfico 2).

No caso do estado do Pará, o

percentual de despesas públicas com serviços essenciais variou entre 59,5% e 62,8% no período, mantendo-se sempre abaixo das médias municipais e regionais. Em 2023, o percentual foi de 60,9%, o que representa uma leve recuperação em relação ao ano anterior. Essa estabilidade pode indicar um padrão de priorização fiscal que, embora constante, ainda apresenta limitações em relação à capacidade de impacto direto nas condições sociais mais vulneráveis (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Mojuí dos Campos, o indicador apresentou grande variação ao longo do período. Em 2019, a taxa era de 7,4%, saltando para um pico de 9,8% em 2020, o maior valor do intervalo analisado. Esse aumento abrupto pode estar relacionado a impactos da pandemia da COVID-19, como redução do acesso a serviços pré-natais e agravamento das condições socioeconômicas. Após 2020, houve uma queda até 7,7% em 2022, indicando uma recuperação parcial, mas o índice voltou a subir para 8% em 2023 (Gráfico 3).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi mais estável, iniciando em 8,1% em 2019 e variando dentro de uma faixa

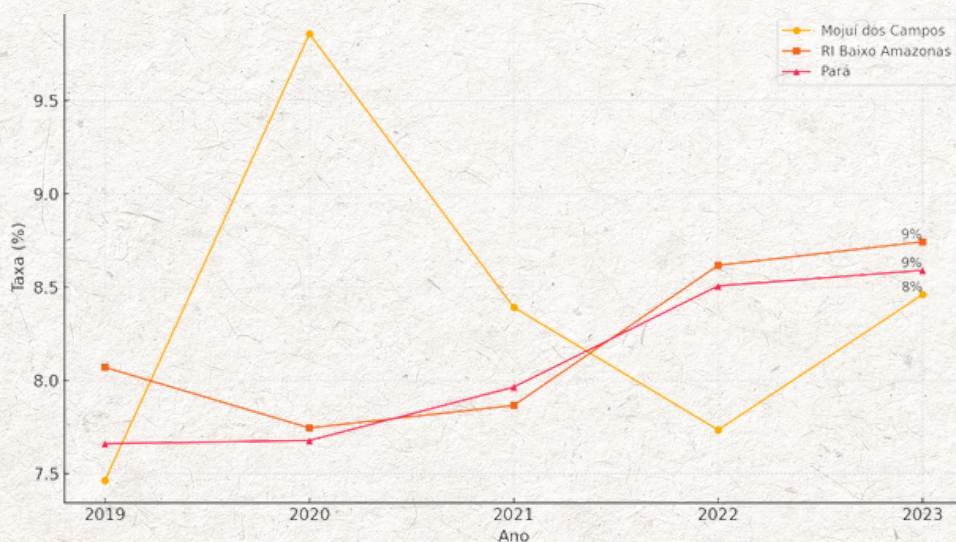
estreita até atingir 9% em 2023. A tendência de aumento contínuo desde 2020 evidencia uma possível deterioração nas condições de saúde materno-infantil na região, possivelmente agravada pela interiorização da pandemia e pela desigualdade no acesso aos serviços especializados (Gráfico 3).

Já no estado do Pará, a prevalência também se elevou ao longo dos anos, partindo de 7,6% em 2019 e atingindo 9% em 2023, com uma trajetória ascendente a partir de 2021. Esse crescimento pode refletir tanto fragilidades estruturais nos cuidados perinatais quanto a persistência de desigualdades territoriais no sistema de saúde. O padrão

estadual acompanhado de forma semelhante ao verificado na RI, mas com ligeiros atrasos nas inflexões (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola no município de Mojuí dos Campos oscilou significativamente no período. Em 2019, o valor era próximo de R\$ 3,5 mil/hectare, mas caiu em 2020, refletindo os impactos iniciais da pandemia na produção rural. A partir de 2021, houve uma recuperação expressiva, culminando em aproximadamente R\$ 6,0 mil/hectare em 2023, o maior valor da série. Essa recuperação pode estar associada à retomada das cadeias produtivas, à adoção de práticas mais eficientes e ao aumento de pre-

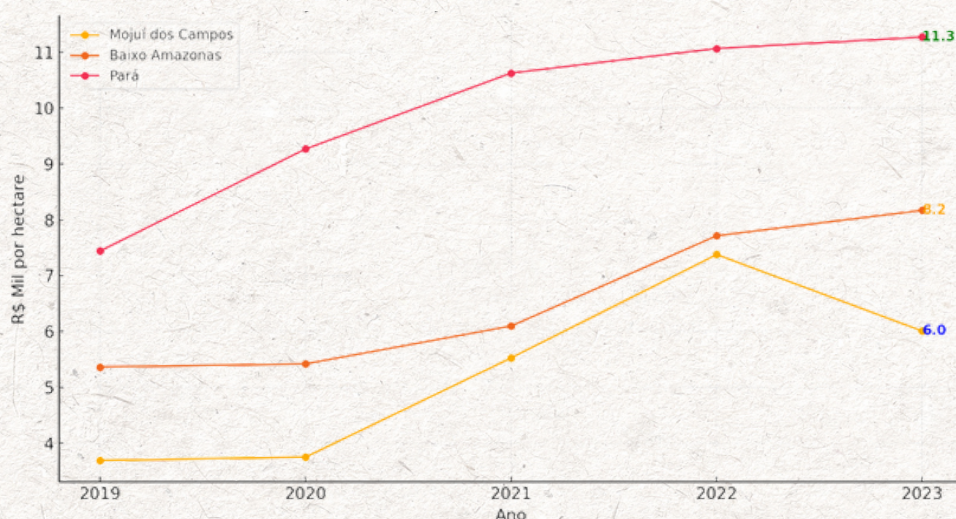
ços de produtos agrícolas (Gráfico 4).

Na RI Baixo Amazonas, o indicador também apresentou crescimento relevante, partindo de uma média próxima de R\$ 4 mil/hectare em 2019 e atingindo R\$ 6,3 mil/hectare em 2023. Esse avanço constante demonstra uma tendência regional positiva na valorização e produtividade da atividade agrícola, com possíveis ganhos de escala, melhoria no escoamento e maior apoio institucional ao setor produtivo rural (Gráfico 4).

No âmbito do estado do Pa-

rá, a produtividade foi mais moderada, com crescimento contínuo, porém menos acentuado. Partiu de cerca de R\$ 4,5 mil/hectare em 2019 e alcançou R\$ 5,5 mil/hectare em 2023. Apesar do avanço, o ritmo foi inferior ao registrado em Mojuí dos Campos e na RI, o que pode indicar um desempenho desigual entre as regiões agrícolas do estado, com destaque positivo para as áreas mais integradas à economia rural intensiva (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

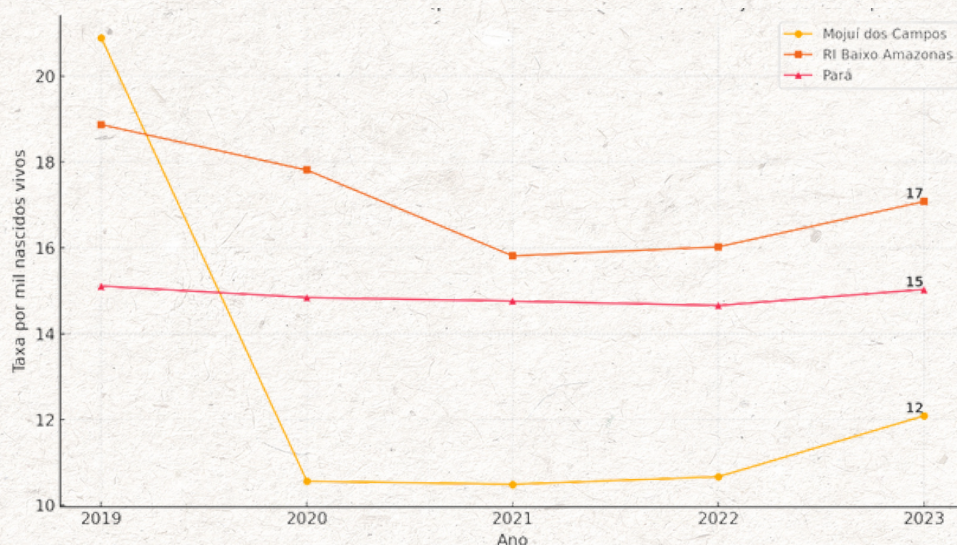
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

No município de Mojuí dos Campos, a taxa de mortalidade infantil apresentou forte redução entre 2019 e 2020, caindo de 20,8 para 10,6 por mil nascidos vivos — uma queda expressiva que pode estar relacionada a melhorias na atenção básica, cobertura vacinal ou expansão dos serviços de saúde materno-infantil. A taxa manteve-se praticamente estável até 2022, mas voltou a subir em 2023, atingindo 12 por mil, sinalizando uma possível reversão da tendência de queda, o que demanda atenção sobre a continuidade e qualidade dos serviços ofertados (Gráfico 5).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi de queda moderada no período inicial, passando de 18,9 em 2019 para 15,9 em 2021. No entanto, os dois últimos anos mostraram estagnação e posterior elevação para 17 por mil em 2023. Isso pode refletir tanto fragilidades no sistema regional de saúde quanto a pressão da demanda pós-pandemia sobre as redes hospitalares e serviços de acompanhamento infantil (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

No estado do Pará, a taxa se manteve mais estável ao longo dos anos, com uma leve redução de 15,2 em 2019 para 14,7 em 2022, e pequena alta para 15 por mil nascidos vivos em 2023. Embora o estado apresente valores inferiores aos de Mojuí dos Campos e da RI, a estabilidade do indicador pode sugerir um avanço lento ou dificuldades em alcançar melhorias significativas no cuidado neonatal, sobretudo em regiões mais isoladas (Gráfico 5).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

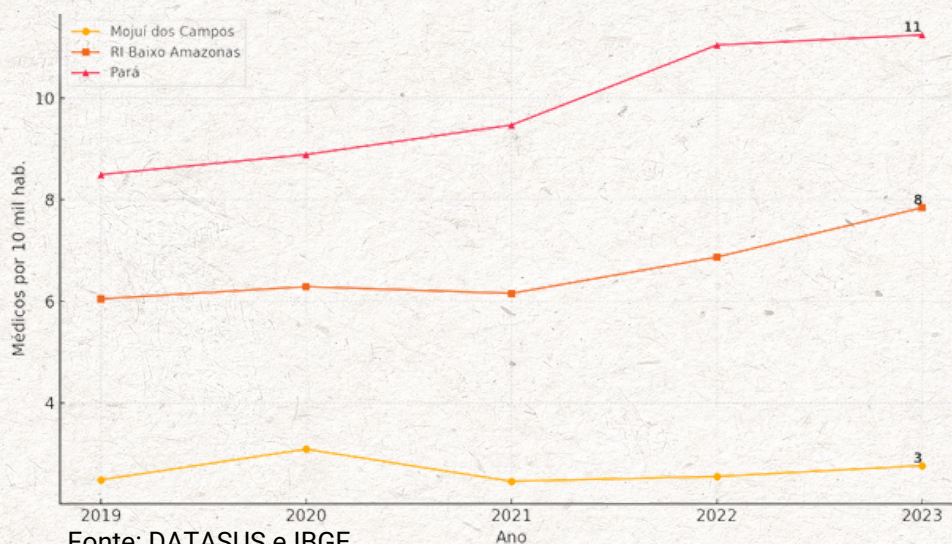
Em Mojuí dos Campos, o número de médicos por 10 mil habitantes manteve-se em patamares baixos ao longo do período. Em 2019, o município contava com 2,5 médicos por 10 mil habitantes, valor que subiu discretamente para 3,1 em 2020, mas caiu novamente para 2,5 em 2021. A partir de então, houve leve recuperação, chegando a 3,0 médicos por 10 mil habitantes em 2023. Apesar da tendência ascendente recente, o índice ainda é bastante inferior ao recomendado pela Organização Mundial da Saúde, o que evidencia uma limitação crônica na oferta de profissionais de saúde e um desafio significativo para garantir acesso adequado à atenção básica e especializada no município (Gráfico 6).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador evoluiu de forma mais positiva. Em 2019, a RI apresentava 6,1 médicos por 10 mil habitantes, com crescimento gradual até alcançar 7,9 médicos em 2023. A elevação constante sugere que a região tem conseguido melhorar sua capacidade de prover atendimento médico, possivelmente por meio de estratégias regionais de atração e fixação de profissionais, programas federais de provimento (como Mais Médicos) ou expansão da rede hospitalar em cidades-polo como Santarém. Ainda assim, o número ainda está abaixo da média nacional e reforça a necessidade de políticas públicas focadas em interiorização da assistência médica (Gráfico 6).



Já no estado do Pará, o número de médicos por 10 mil habitantes partiu de um patamar mais elevado, com 8,5 em 2019, e registrou crescimento contínuo ao longo dos anos, atingindo 11 médicos por 10 mil habitantes em 2023. Esse avanço indica um fortalecimento da estrutura estadual de saúde, com provável concentração de profissionais nas regiões metropolitanas e cidades de maior porte. No entanto, a média estadual ainda esconde desigualdades territoriais importantes, como revelado pelos dados de Mojuí dos Campos. A ampliação da cobertura médica, com distribuição equitativa, continua sendo uma meta essencial para o cumprimento do ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) no estado (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Mojuí dos Campos, o número de vagas no ensino público por mil habitantes apresentou estabilidade entre 2019 e 2021, mantendo-se em torno de 343 vagas por mil habitantes. No entanto, a partir de 2022, ocorreu uma queda abrupta e significativa, atingindo 208 vagas em 2023. Essa redução de mais de 130 vagas por mil habitantes em apenas dois anos pode indicar reestruturação de redes escolares, queda na oferta de turmas, fechamento de escolas ou mesmo mudanças no perfil demográfico local (Gráfico 7).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os valores também indicam tendência de redução, embora em ritmo menos acentuado. O número

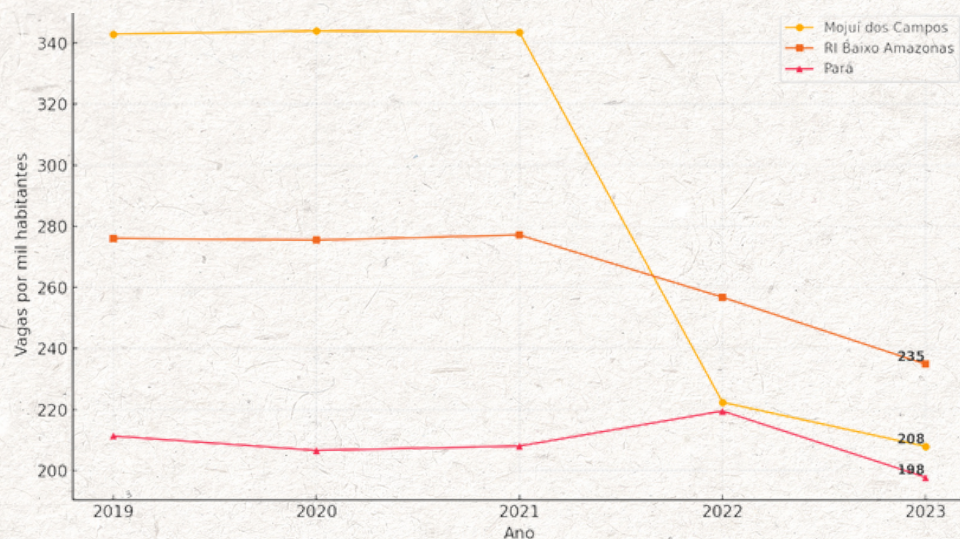
de vagas se manteve próximo de 276 entre 2019 e 2021, mas caiu para 235 vagas por mil habitantes em 2023. Essa retração sugere uma possível dificuldade regional em sustentar a expansão da rede pública diante de fatores como limitações orçamentárias, evasão escolar ou redução da demanda escolar em algumas faixas etárias (Gráfico 7).

No estado do Pará, o comportamento do indicador foi menos volátil. Após uma leve queda entre 2019 e 2020 (de 211 para 206 vagas), o número cresceu até 2022, alcançando o pico de 220 vagas por mil habitantes, mas voltou a cair em 2023, chegando a 198 vagas. Apesar de oscilações menores, o es-



tado também apresenta tendência de queda na oferta relativa de vagas, o que merece atenção diante dos compromissos do ODS 4 quanto à garantia do acesso equitativo à educação básica (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 208 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

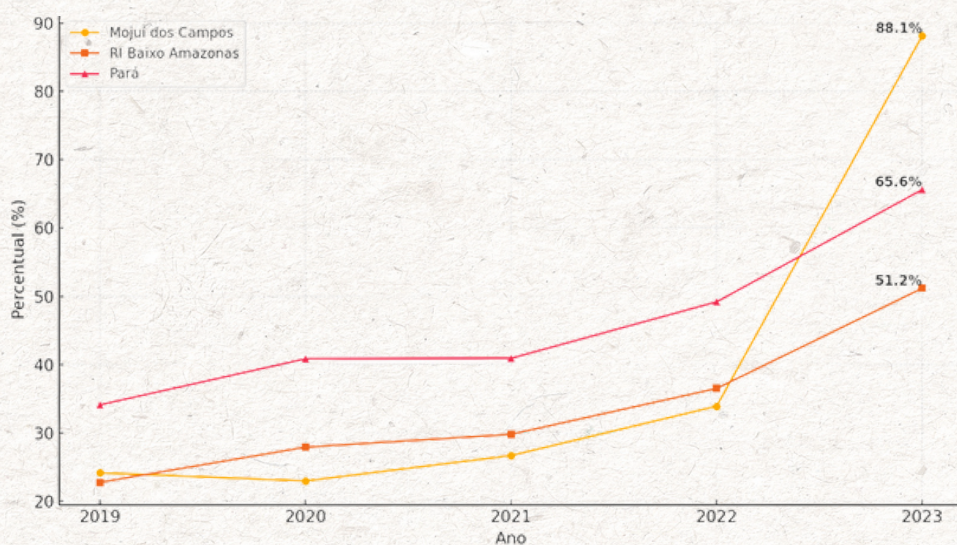
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O percentual de escolas com acesso à internet em Mojuí dos Campos apresentou crescimento modesto até 2022, variando de 23% em 2019 para cerca de 34%. No entanto, houve uma expansão extremamente acelerada em 2023, atingindo 88,1%, um salto de mais de 50 pontos percentuais em um único ano. Esse avanço pode ter sido impulsionado por políticas de conectividade escolar pós-pandemia, investimentos diretos do município ou adesão a programas estaduais e federais de inclusão digital (Gráfico 8).

Na RI Baixo Amazonas, também se observou crescimento contínuo ao longo dos anos, partindo de 25% em 2019 e chegando a 51,2% em 2023. Embora o progresso tenha sido mais gradual do que em Mojuí, o resultado mostra um esforço consistente em ampliar o acesso à infraestrutura digital nas escolas da região, fundamental para a promoção de metodologias de ensino híbridas e para a redução das desigualdades educacionais (Gráfico 8).

No estado do Pará, o avanço foi sólido e progressivo, passando de 34% em 2019 para 65,6% em 2023. O crescimento foi mais acelerado a partir de 2021, possivelmente como resposta à necessidade de garantir a continuidade do ensino durante o período pandêmico. O indicador revela uma melhora substancial, mas ainda distante da universalização da conectividade escolar, especialmente quando comparado ao desempenho de Mojuí no último ano da série (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 88,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



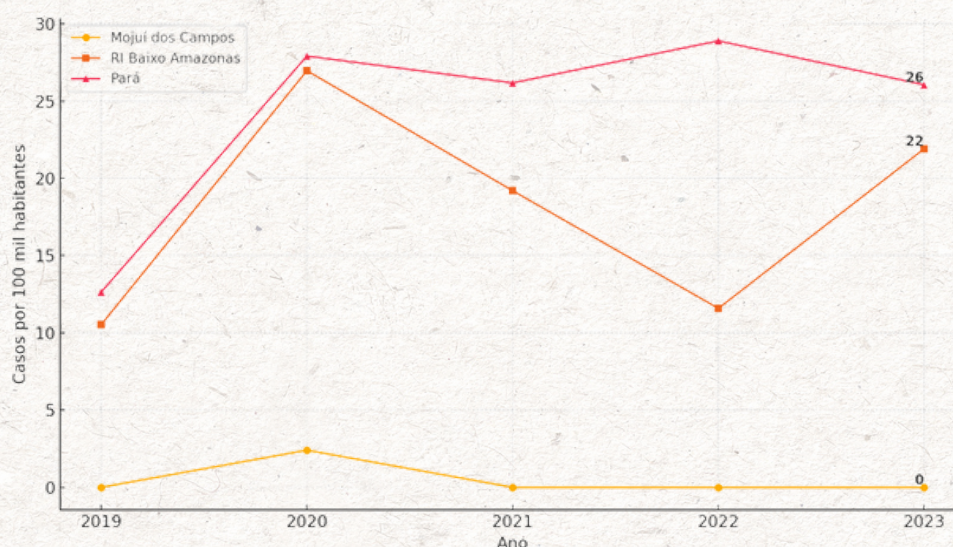
Em Mojuí dos Campos, o número de casos reportados de violência contra a mulher por parceiros foi extremamente baixo ao longo de todo o período. Com exceção de 2020, quando houve 2,3 casos por 100 mil habitantes, o município registrou zero casos nos demais anos. Embora isso possa sugerir ausência de violência, é mais provável que reflita subnotificação ou fragilidades na rede de proteção, registro e denúncia — cenário comum em municípios menores ou com baixa presença de equipamentos especializados de apoio à mulher (Gráfico 9).



Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador apresentou crescimento expressivo entre 2019 (10,7) e 2020 (26,9), seguido por quedas sucessivas até 2022 (11,8), e um novo aumento em 2023, chegando a 22 casos por 100 mil habitantes. Essa oscilação pode refletir tanto variações na efetividade dos sistemas de denúncia quanto o impacto de campanhas de conscientização, disponibilidade de delegacias especializadas ou instabilidade nos canais de acolhimento (Gráfico 9).

Já no estado do Pará, a taxa foi a mais elevada entre os três níveis territoriais. O estado saltou de 12,8 casos em 2019 para 27,7 em 2020, mantendo-se elevado nos anos seguintes, com leve oscilação, encerrando 2023 com 26 casos por 100 mil habitantes. Esses dados revelam uma realidade preocupante e persistente de violência doméstica no estado, exigindo políticas mais integradas de prevenção, acesso à justiça, proteção social e educação em gênero (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Mojuí dos Campos, o percentual de mulheres em cargos gerenciais iniciou em 2019 com uma taxa elevada de 70,6%, indicando forte presença feminina em posições de liderança. No entanto, houve queda progressiva ao longo do período, com leve recuperação entre 2021 e 2022, mas encerrando 2023 em 51,7%, uma retração de quase 19 pontos percentuais. Essa diminuição pode estar relacionada a mudanças administrativas, limitações estruturais ou ao impacto da pandemia sobre a permanência de mulheres em funções de chefia (Gráfico 10).



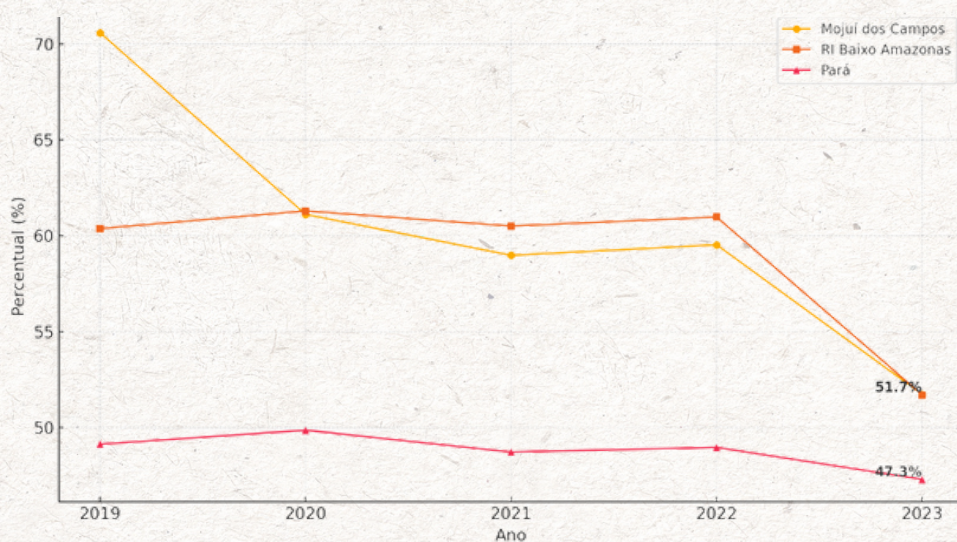


Na RI Baixo Amazonas, o indicador manteve-se mais estável. A proporção variou em torno de 60%, com pequena oscilação e terminando em 2023 com 51,7%, igualando-se ao patamar de Mojuí. Apesar da estabilidade relativa, a queda observada nos últimos anos também pode sinalizar barreiras persistentes à ascensão de mulheres em cargos de liderança, inclusive no setor público regional (Gráfico 10).

No âmbito do estado do Pará, a proporção

foi consistentemente inferior à dos demais recortes, oscilando entre 48,9% em 2019 e 47,3% em 2023. Essa constância em patamares mais baixos evidencia que, embora exista alguma paridade formal no acesso a cargos gerenciais, o avanço da presença feminina em posições de decisão ainda enfrenta limitações estruturais, culturais e institucionais que requerem políticas públicas afirmativas mais incisivas (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador apresentou evolução ligeiramente positiva. O percentual era de 1,5% em 2019, mantendo-se estável até 2021, mas cresceu para 2,1% em 2022 e 2,2% em 2023. Apesar do aumento, o índice continua muito baixo e reforça a necessidade de investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário na região, sobretudo em áreas periféricas e rurais, onde a população de baixa renda é mais afetada (Gráfico 11).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Mojuí dos Campos, o percentual de pessoas de baixa renda com acesso à coleta de esgoto foi extremamente baixo ao longo de todo o período analisado, partindo de 0,5% em 2019 e chegando a apenas 0,2% em 2023. Essa baixa cobertura, praticamente estagnada, evidencia uma grave deficiência estrutural na oferta de saneamento básico à população mais vulnerável, o que acarreta riscos sanitários e compromete o cumprimento de direitos básicos e do ODS 6 (Gráfico 11).

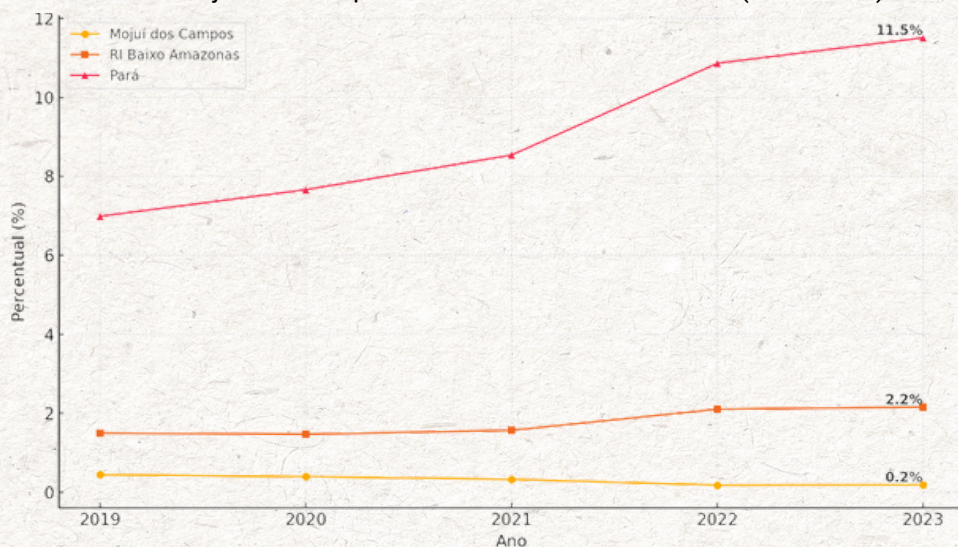
Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.



da coleta em áreas vulneráveis (Gráfico 11).

No estado do Pará, o crescimento foi mais expressivo e constante. Em 2019, o percentual era de 7%, passando para 8,5% em 2021 e alcançando 11,5% em 2023. Embora esse avanço represente um progresso relevante, o dado ainda mostra que a ampla maioria da população de baixa renda permanece excluída do serviço, indicando desigualdade territorial no acesso ao saneamento. A tendência positiva, no entanto, sugere a atuação de políticas estaduais de expansão

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Mojuí dos Campos, os gastos municipais com saneamento básico per capita oscilaram de forma expressiva ao longo do período. O município iniciou com R\$ 44 por habitante em 2019 e alcançou um pico de R\$ 72,74 em 2020, o que indica um esforço pontual de investimento, possivelmente relacionado a projetos emergenciais ou ações corretivas. No entanto, essa trajetória foi interrompida por uma forte queda em 2021, quando o gasto caiu para cerca de R\$ 33, permanecendo nesse patamar até 2022. Em 2023, os gastos retornaram ao nível inicial, com R\$ 44 por habitante, o que representa uma recuperação, embora sem avanço estrutural (Gráfico 12).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador mostrou uma tendência de queda mais acentuada no início da série. O valor passou de R\$ 33 em 2019 para R\$ 8 em

2021, revelando um corte drástico de recursos destinados ao saneamento. A partir de 2022, houve leve recuperação, chegando a R\$ 24 em 2023, mas ainda muito abaixo dos níveis iniciais. Esse comportamento pode refletir despriorização orçamentária do setor ou dificuldades operacionais na execução de projetos de saneamento nos municípios da região, o que compromete diretamente a expansão da cobertura de serviços básicos (Gráfico 12).

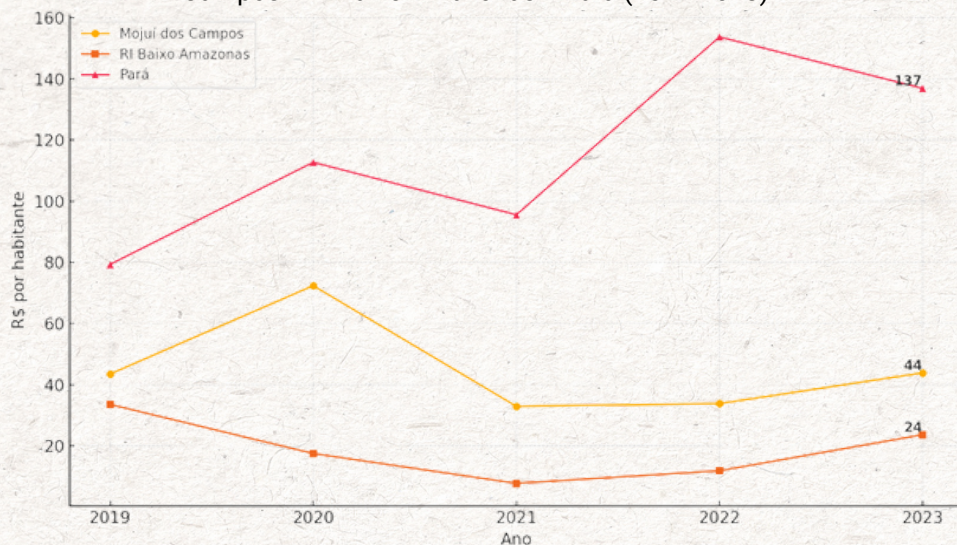
Já no estado do Pará, os valores foram significativamente mais altos ao longo do período, evidenciando maior capacidade de investimento em escala estadual. O gasto partiu de R\$ 80 por habitante em 2019 e teve uma trajetória ascendente até alcançar um pico expressivo de R\$ 153 em 2022, seguido de uma leve queda para R\$ 137 em 2023. Apesar da pequena retração, o

nível permanece alto, refletindo provavelmente a execução de grandes programas estruturantes de saneamento no estado. A diferença em relação aos municípios e à RI Baixo Amazonas sugere forte concentração de investimentos em polos urbanos ou projetos centralizados, o que reforça a necessidade de estratégias de descentralização e equidade territorial (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 44/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Em Mojuí dos Campos, o consumo per capita de energia elétrica oscilou ao longo do período. Em 2019, o consumo era de cerca de 740 kWh/hab., subindo para 808 em 2020 e atingindo o pico de 862 kWh/hab. em 2021, o que pode refletir um período de maior estabilidade no fornecimento ou aumento do uso residencial durante a pandemia. A partir de 2022, houve queda para 754 kWh/hab., seguida de leve recuperação em 2023, com 780 kWh/hab., indicando possíveis oscilações no acesso, capacidade de pagamento da população ou problemas estruturais na rede de distribuição.

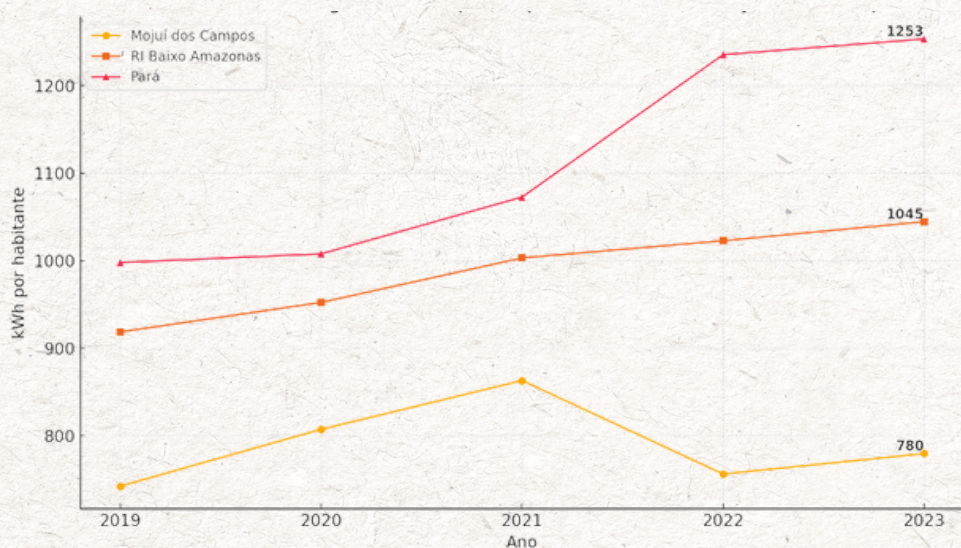


(Gráfico 13).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o consumo de energia elétrica cresceu de forma constante, partindo de cerca de 920 kWh/hab. em 2019 até alcançar 1.045 kWh/hab. em 2023. A evolução regular do indicador sugere ampliação da cobertura elétrica, maior estabilidade no fornecimento e possível crescimento do uso comercial e domiciliar da energia. Esse crescimento contínuo reforça o papel da RI como área de maior integração energética dentro da região oeste do Pará (Gráfico 13).

No estado do Pará, o consumo per capita foi mais elevado ao longo de todo o período e apresentou crescimento mais acelerado a partir de 2021. O consumo saltou de cerca de 1.000 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023, com aumento notável entre 2021 e 2022, quando ultrapassou a marca de 1.200 kWh/hab. Esse avanço pode estar relacionado à expansão da rede elétrica, maior eletrificação rural e crescimento urbano, indicando melhora no acesso à energia em parte significativa do estado (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 780 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Mojuí dos Campos, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam fontes fósseis de iluminação (como lâmpadas a querosene ou óleo) manteve-se elevado entre 2019 e 2021, variando entre 7,7% e 7,9%. A partir de 2022, observa-se uma redução expressiva, com o índice caindo para 4,3% em 2023, o que pode indicar avanços em políticas de eletrificação rural ou substituição de fontes precárias por energia da rede pública. Ainda assim, o valor permanece alto e sinaliza desigualdade energética persistente entre a população de baixa renda do município (Gráfico 14).



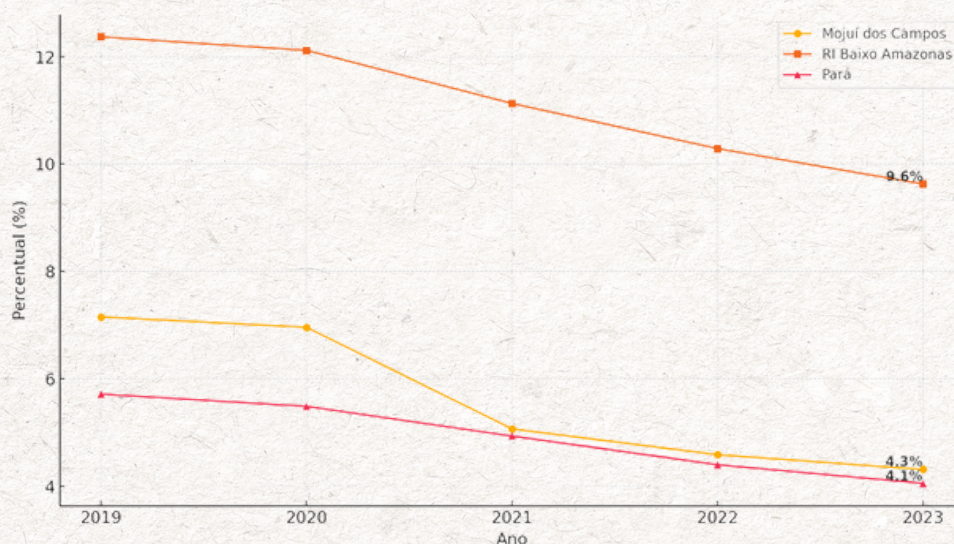
Na RI Baixo Amazonas, o indicador apresentou trajetória mais consistente de queda. Partindo de 5,7% em 2019, o percentual caiu progressivamente, alcançando 2,3% em 2023. Essa evolução positiva pode refletir maior efetividade das políticas de inclusão energética em áreas periféricas da região, especialmente por meio de programas de extensão de rede elétrica em comunidades ribeirinhas ou rurais (Gráfico 14).

No âmbito do estado do Pará, a redução também foi signifi-

cativa, com o percentual decrescendo de 5,2% em 2019 para 4,1% em 2023. O dado indica progresso importante na erradicação da iluminação por fontes fósseis, o que contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida, segurança doméstica e redução das emissões de poluentes em residências vulneráveis. Ainda assim, o número residual sinaliza que a universalização do acesso à energia limpa e segura ainda não foi plenamente alcançada (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

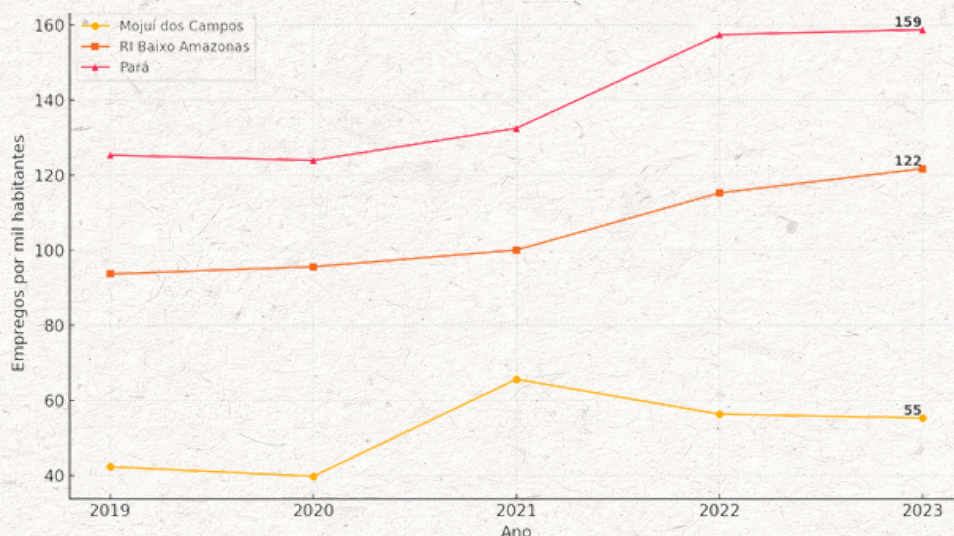
Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador manteve uma trajetória de crescimento contínuo e estável, partindo de 94 empregos formais por mil habitantes em 2019 e chegando a 122 em 2023. Esse comportamento revela uma recuperação e expansão gradual da formalização do trabalho na região, que pode estar associada à força de polos urbanos como Santarém, à retomada de atividades nos setores de comércio, serviços e indústria regional, além de políticas públicas ou investimentos que tenham favorecido a criação de vínculos com carteira assinada (Gráfico 15).

No estado do Pará, a evolução foi ainda mais expressiva. O indicador saltou de 126 empregos formais por mil habitantes em 2019 para 159 em 2023, destacando um crescimento mais acelerado

O indicador “Empregos Formais por Mil Habitantes” em Mojuí dos Campos apresentou flutuações relevantes no período de 2019 a 2023. O município iniciou com cerca de 43 empregos formais por mil habitantes em 2019, caindo para 39 em 2020, em provável reflexo da crise econômica provocada pela pandemia. A partir de 2021, houve um salto para 66 postos formais, indicando possível recuperação econômica, estímulo ao mercado de trabalho ou aumento na formalização. Contudo, nos anos seguintes, esse avanço não se sustentou, com queda para 56 em 2022 e ligeira redução para 55 empregos formais por mil habitantes em 2023, evidenciando desafios na consolidação da retomada formal do emprego local (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

especialmente a partir de 2021. Essa expansão pode ter sido impulsionada por obras de infraestrutura, crescimento do agronegócio, incentivos fiscais em áreas industriais e pelo processo de reabsorção da força de trabalho após o impacto da pandemia. Apesar disso, a diferença entre o desempenho do estado e o município de Mojuí dos Campos reforça as desigualdades regionais na dinâmica do emprego formal, indicando a necessidade de políticas localizadas de estímulo ao trabalho digno nos municípios de menor porte (Gráfico 15).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



Em Mojuí dos Campos, o PIB per capita apresentou crescimento progressivo entre 2018 e 2021, passando de aproximadamente R\$ 9.600 para um pico de R\$ 17.800. Esse salto em 2021 pode estar associado a um aumento pontual da atividade econômica, repasses governamentais extraordinários durante a pandemia ou variações no valor adicionado local, principalmente em setores com alto peso relativo no PIB. No entanto, em 2022, o valor caiu acentuadamente para R\$ 12.109, indicando que o de-

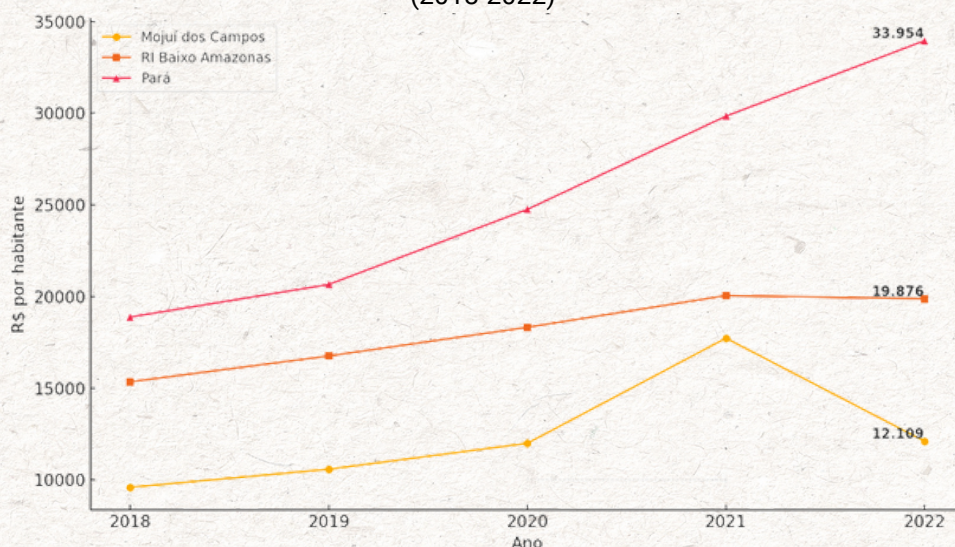
sempenho anterior não se sustentou, o que pode estar relacionado à queda em receitas, retração da agropecuária ou reconfiguração na base produtiva municipal (Gráfico 16).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o PIB per capita teve trajetória de crescimento

contínuo e estável, subindo de cerca de R\$ 15.300 em 2018 para R\$ 19.876 em 2022. Esse comportamento consistente revela um padrão de crescimento regional sustentado, provavelmente impulsionado por polos econômicos mais consolidados como Santarém, além da integração logística e dinamismo no comércio e nos serviços. A estabilidade da curva sugere maior resiliência frente a oscilações conjunturais, como crises sanitárias ou oscilações de mercado (Gráfico 16).

Já no estado do Pará, o crescimento do PIB per capita foi expressivo e contínuo, passando de aproximadamente R\$ 19.000 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. A aceleração desse crescimento a partir de 2020 pode estar relacionada à valorização das commodities minerais, com destaque para o setor extrativo, que tem peso significativo na economia paraense. Apesar disso, o forte crescimento estadual não se refletiu uniformemente nas regiões e municípios, como é o caso de Mojuí, evidenciando disparidades territoriais que precisam ser consideradas em políticas públicas de desenvolvimento inclusivo (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12.109/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



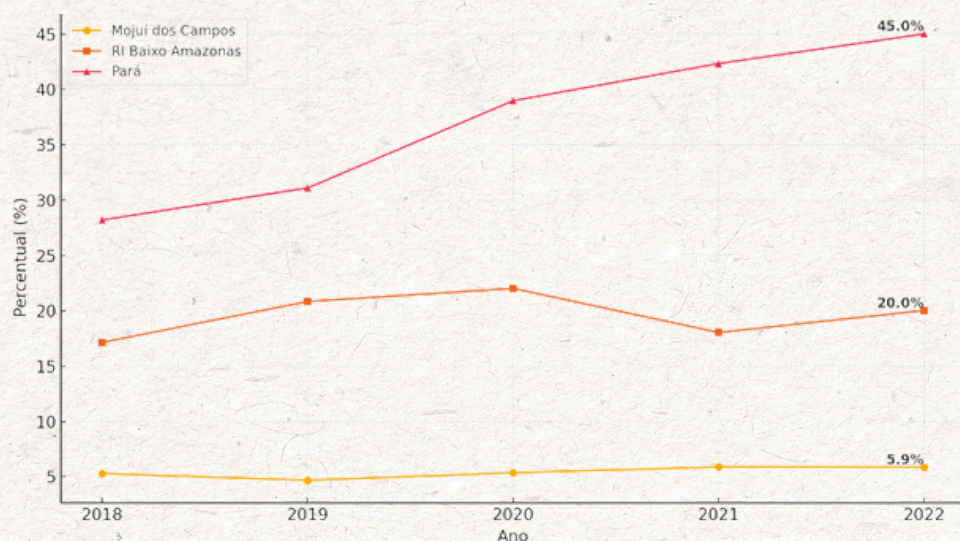
Em Mojuí dos Campos, a participação da indústria no PIB permaneceu muito baixa ao longo do período analisado, variando entre 4,8% e 5,9% em 2022. Essa baixa representatividade indica uma estrutura produtiva fortemente baseada em setores como agricultura, serviços ou administração pública, com pouca diversificação industrial. O leve crescimento entre 2020 e 2022 não chega a alterar significativamente o perfil produtivo do município, que carece de estímulos à instalação de unidades industriais, infraestrutura de apoio e capacitação da força de trabalho local (Gráfico 17).

Na RI Baixo Amazonas, a indústria teve participação mais relevante e relativamente estável, variando entre 17% e 22% do PIB, com pico em 2020 e 20% em 2022. A região se destaca como polo agroindustrial e logístico, com centros urbanos que concentram atividades de transformação, beneficiamento de produtos agroextrativistas e obras de infraestrutura. Mesmo com ligeiras oscilações, a presença industrial na região reforça sua importância como eixo de articulação produtiva no oeste paraense, sobretudo quando comparada a municípios como Mojuí (Gráfico 17).

No estado do Pará, o valor adicionado da indústria cresceu fortemente, partindo de 28,3% em 2018 até atingir 45% do PIB em 2022. Esse aumento reflete o avanço contínuo das atividades industriais de grande porte, sobretudo ligadas à mineração, metalurgia e construção civil. A elevação dessa participação aponta para o peso decisivo do setor industrial no crescimento econômico estadual. No entanto, também reforça a concentração produtiva em grandes empreendimentos, o que pode gerar assimetrias em relação aos municípios com baixa industrialização, como Mojuí dos Campos, onde os efeitos redistributivos desse crescimento ainda são limitados (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O indicador “Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes” apresentou comportamento instável em Mojuí dos Campos entre 2019 e 2023, oscilando entre quedas e recuperações modestas. Em 2019, o município contava com cerca de 6,6 profissionais por 100 mil habitantes, número que caiu para 4,9 em 2020, refletindo possível evasão ou falta de renovação de quadros técnicos especializados. Em 2021, houve um avanço relevante para 9,3, possivelmente decorrente de contratações



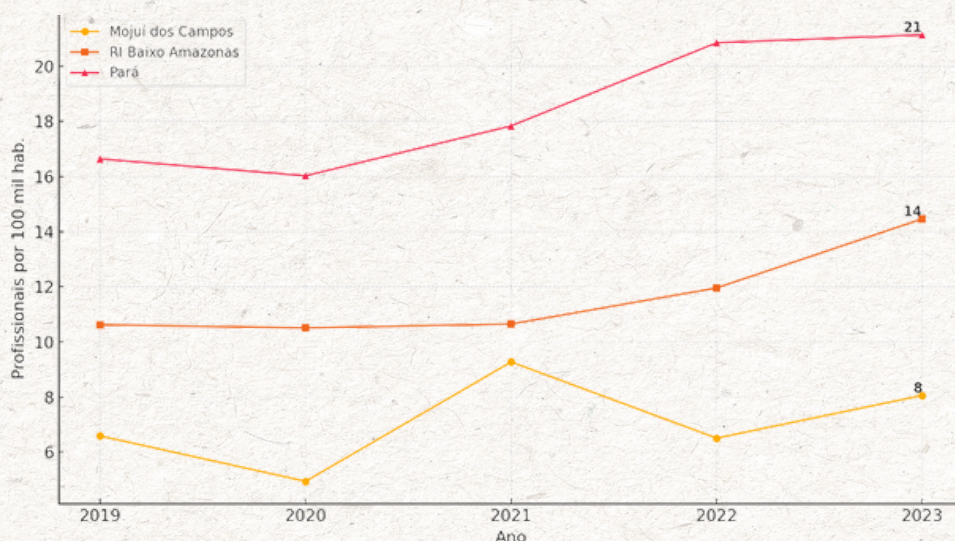
pontuais ou maior vinculação de pesquisadores locais, mas o índice voltou a cair em 2022, estabilizando-se em 8,0 profissionais em 2023, ainda abaixo da média estadual. Isso Na Região de Integração Baixo Amazonas, a trajetória foi mais estável e crescente. Em 2019, o índice era de 10,7 profissionais por 100 mil habitantes, mantendo-se próximo desse patamar até 2021. A partir de então, a RI experimentou um

aumento mais expressivo, atingindo 14 profissionais por 100 mil habitantes em 2023. Esse crescimento pode estar associado à presença de centros universitários e instituições de pesquisa regionais, como a UFOPA em Santarém, que contribuem para a formação, fixação e atuação de cientistas na região, demonstrando maior capacidade de retenção de capital humano qualificado (Gráfico 18).

No estado do Pará, o número de profissionais da ciência apresentou crescimento contínuo, de 16,7 em 2019 para 21,1 em 2023. Essa evolução reflete um ambiente mais estruturado para a pesquisa e inovação em nível estadual, possivelmente impulsionado por investimentos em universidades públicas, polos tecnológicos e políticas estaduais



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



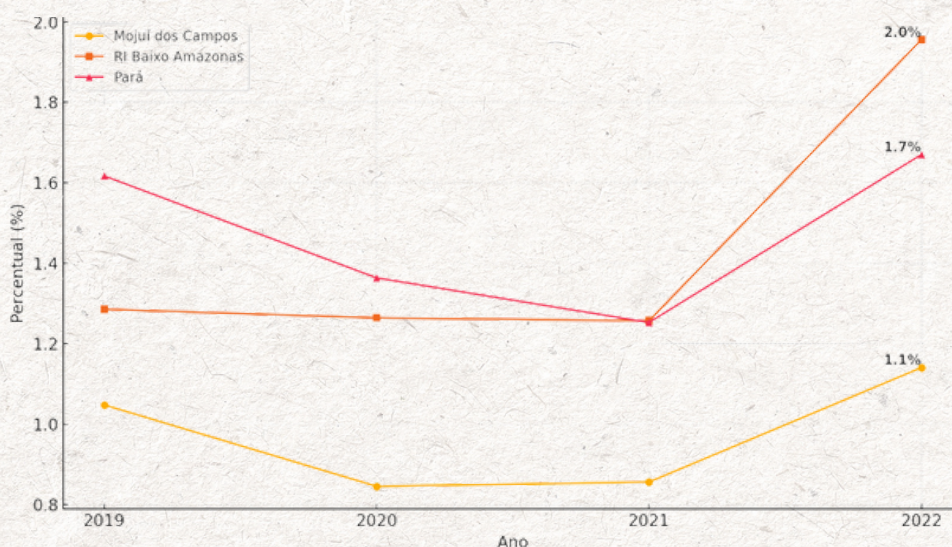
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

O indicador “Massa Salarial dos Vínculos Formais como percentual do PIB” em Mojuí dos Campos apresentou uma leve queda entre 2019 e 2020, saindo de 1,05% para 0,85%, refletindo os impactos da pandemia sobre o mercado formal e o enfraquecimento da renda do trabalho em relação à economia local. Em 2021, esse percentual permaneceu praticamente estável, mas em 2022 houve uma recuperação, atingindo 1,1%, embora ainda abaixo do nível de 2019. Isso indica uma retomada parcial dos vínculos formais e da remuneração dos trabalhadores, mas também evidencia que a participação da massa salarial na economia municipal ainda é limitada (Gráfico 19).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi mais expressivo, com uma trajetória de recuperação significativa. Após manter valores próximos de 1,27% entre 2019 e 2021, a região teve um salto em 2022, alcançando 2,0% do PIB, o que representa um fortalecimento notável da remuneração do trabalho formal em relação à geração de riqueza regional. Esse aumento pode refletir expansão de vínculos com melhores salários, valorização setorial (como construção civil, comércio e setor público) e fortalecimento de polos urbanos regionais, especialmente em municípios com economia mais diversificada (Gráfico 19).

No estado do Pará, o indicador iniciou em 1,62% em 2019 e caiu progressivamente até 2021, chegando a 1,26%, refletindo o peso de setores com baixa intensidade de mão de obra formal, como a indústria extrativa mineral. No entanto, em 2022, a participação da massa salarial no PIB estadual cresceu para 1,7%, sinalizando uma tendência de recuperação do emprego formal com remuneração mais significativa. Apesar da melhora, o dado também confirma que boa parte do PIB paraense é concentrado em atividades de alta produtividade econômica, mas baixa distribuição de renda via salários, o que reforça os desafios em tornar o crescimento econômico mais inclusivo (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

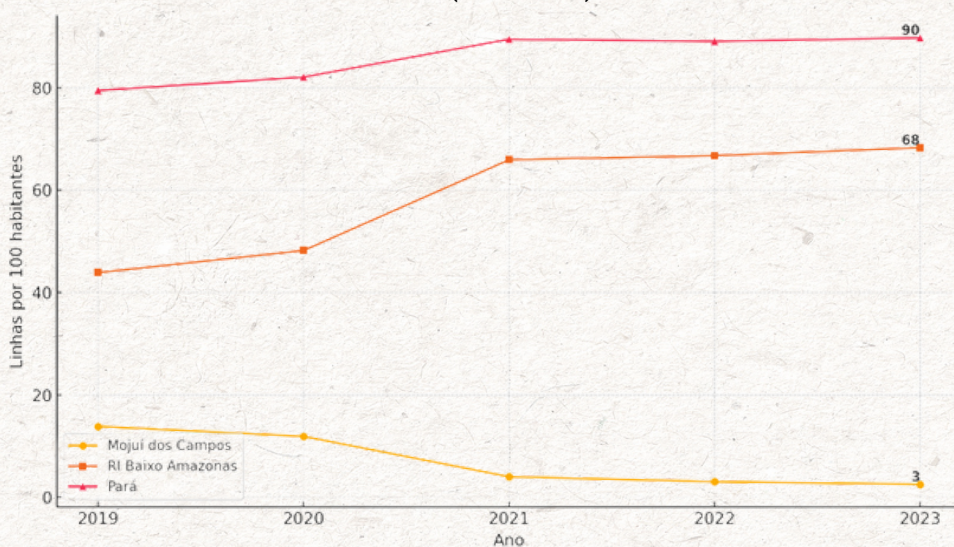
Entre 2019 e 2023, o município de Mojuí dos Campos apresentou uma queda acentuada no acesso à telefonia móvel, passando de cerca de 13 linhas por 100 habitantes em 2019 para apenas 3 linhas por 100 habitantes em 2023. Essa retração pode ser explicada por limitações na cobertura de rede, possível subnotificação de linhas ativas, ou substituição por outros meios de comunicação (como internet fixa ou redes Wi-Fi compartilhadas). O baixo índice revela uma clara exclusão digital, o que limita a conectividade da população, prejudica o acesso a serviços digitais e compromete avanços em áreas como educação e saúde digital (Gráfico 20).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi oposto, com um crescimento significativo no acesso à telefonia móvel. O índice passou de 44 linhas por 100 habitantes em 2019 para 68 em 2023, refletindo investimentos em infraestrutura de comunicação e maior adesão da população ao serviço móvel. Essa melhoria contribui para uma maior integração territorial e social, facilitando o acesso a informações, comércio eletrônico e serviços públicos digitais, especialmente em municípios com presença de centros urbanos (Gráfico 20).



Já o estado do Pará apresentou os melhores resultados ao longo de todo o período, saindo de 80 linhas por 100 habitantes em 2019 para 90 em 2023. Essa evolução revela uma cobertura mais ampla da telefonia móvel em nível estadual, ainda que concentrada em regiões metropolitanas e cidades polo. O contraste com Mojuí dos Campos evidencia as desigualdades intraestaduais de acesso às tecnologias de informação e comunicação (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

No município de Mojuí dos Campos, o indicador iniciou o período com R\$ 56,5 por habitante em 2019, sofreu uma queda significativa em 2020 para R\$ 29,9, mas recuperou-se gradualmente até atingir R\$ 90,0 em 2023, o maior valor entre os três recortes territoriais no último ano. Esse crescimento expressivo pode indicar uma retomada ou ampliação de investimentos após o impacto inicial da pandemia, especialmente em políticas culturais e ambientais que estavam reprimidas em 2020. A tendência demonstra um esforço recente de valorização dessas áreas, embora partindo

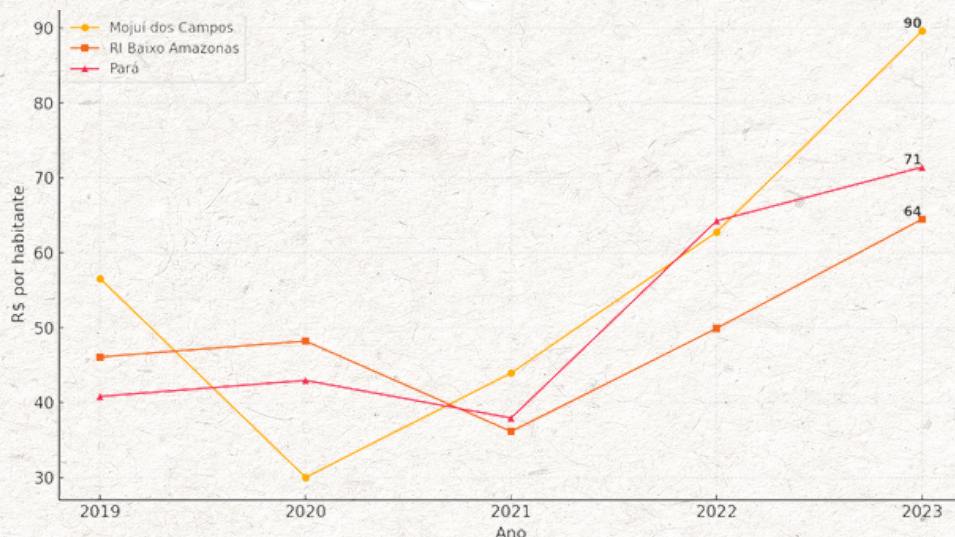
de um cenário de instabilidade (Gráfico 21).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador oscilou de forma mais suave, partindo de R\$ 46,4 em 2019, com ligeiro aumento em 2020 (R\$ 48,3), seguida de queda em 2021 (R\$ 36,2), e depois crescimento contínuo até R\$ 64,1 em 2023. Embora o valor final seja inferior ao de Mojuí dos Campos, o padrão menos volátil pode sugerir maior regularidade na alocação de recursos voltados à cultura e ao meio ambiente, possivelmente por meio de políticas regionais ou consórcios intermunicipais (Gráfico 21).

Já no estado do Pará, a evolução do indicador seguiu trajetória semelhante à de Mojuí, com declínio em 2021 (R\$ 37,1) e recuperação mais robusta nos dois anos seguintes, atingindo R\$ 71,1 em 2023. A retomada dos investimentos, em especial após a pandemia, reflete um reposicionamento estratégico para retomar atividades culturais e ampliar a atuação ambiental em nível estadual (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Mojuí dos Campos, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo manteve-se elevado ao longo do período, oscilando de 58,9% em 2019 para 64,4% em 2023. Apesar de uma leve queda em 2021, o indicador voltou a crescer, o que sugere persistência de uma gestão inadequada de resíduos sólidos para as populações mais vulneráveis. Esse comportamento indica ausência ou insuficiência de coleta regular de lixo nas áreas de baixa renda, o que acarreta sérios impactos ambientais e

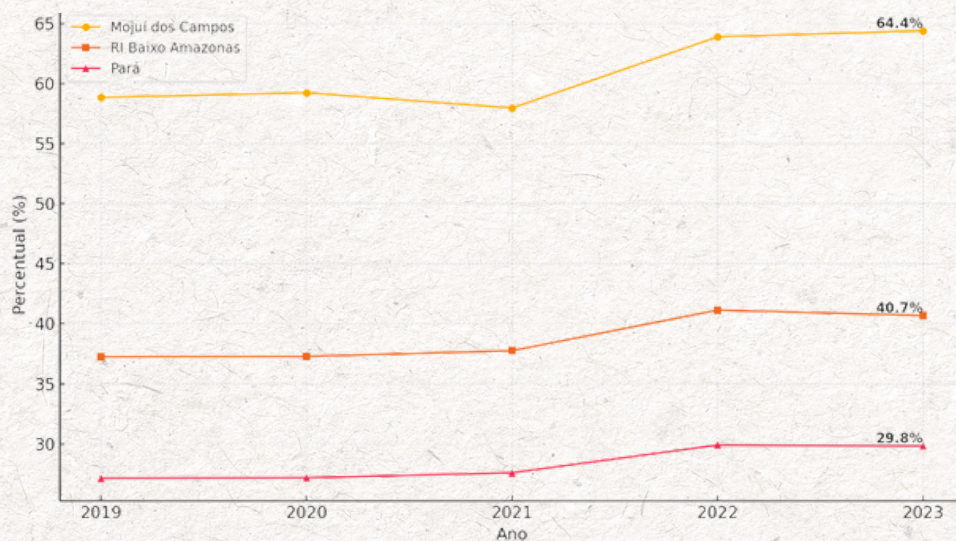
sanitários, incluindo a poluição do solo e riscos à saúde pública (Gráfico 22).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador apresentou relativa estabilidade até 2021, com um salto mais significativo em 2022, alcançando 40,7% em 2023. Isso indica que, embora a situação na região seja melhor que a do município, ainda há uma parcela considerável da população vulnerável que adota práticas informais para destinação do lixo. O aumento recente pode refletir o crescimento de assentamentos informais ou a

perda de cobertura por serviços públicos em áreas mais periféricas, revelando desigualdades territoriais internas à região (Gráfico 22).

O estado do Pará, por sua vez, manteve os menores percentuais entre os três níveis analisados, mas também apresentou crescimento contínuo, subindo de 27,1% em 2019 para 29,8% em 2023. Essa elevação, embora mais contida, revela que mesmo em âmbito estadual há limitações nos serviços de coleta regular de resíduos sólidos para populações de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

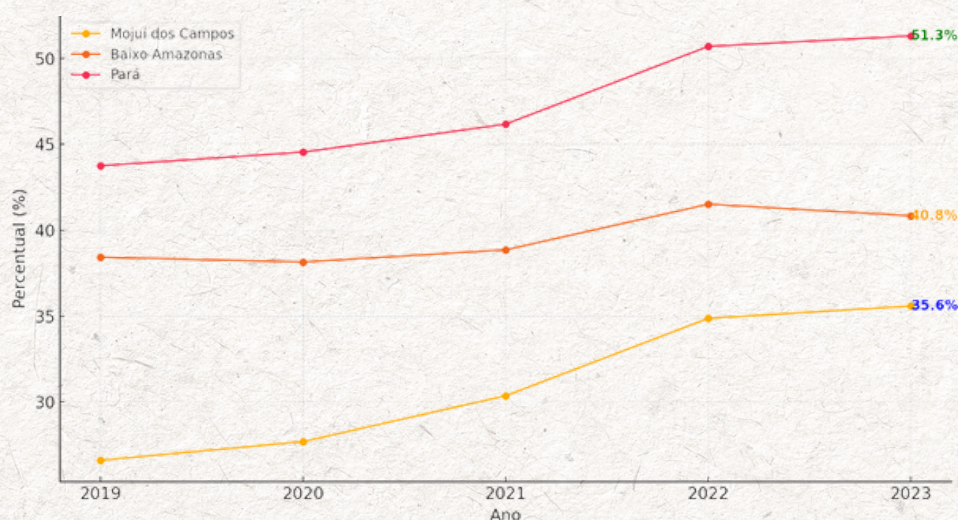
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

No município de Mojuí dos Campos, a proporção da população de baixa renda com acesso apenas a fossas rudimentares aumentou de 26,5% em 2019 para 35,6% em 2023. O dado evidencia que, embora haja alguma forma de esgotamento sanitário, a solução empregada é precária, pouco eficiente e ambientalmente arriscada. O crescimento do uso desse tipo de estrutura rudimentar pode estar associado à expansão urbana não planejada e à ausência de investimentos em saneamento básico estruturado nas periferias (Gráfico 23).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os valores permaneceram consistentemente altos, oscilando entre 38% e 41% no período. Em 2023, o indicador chegou a 40,8%, revelando uma situação estrutural persistente de baixa cobertura de sistemas de esgoto adequados. A permanência de níveis elevados sugere que os esforços para melhorar o saneamento nas populações mais pobres não avançaram significativamente na última década, perpetuando riscos à saúde pública e à qualidade ambiental dos territórios (Gráfico 23).

Em escala estadual, o indicador também é preocupante: o Pará registrou aumento de 43,9% em 2019 para 51,3% em 2023, demonstrando que mais da metade da população de baixa renda convive com formas precárias de esgotamento sanitário. Essa tendência ascendente aponta falhas nos programas estaduais de universalização do saneamento, e reforça a urgência da ampliação de políticas públicas voltadas à inclusão sanitária (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Mojuí dos Campos, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram alta volatilidade ao longo do período. Após uma elevação de R\$ 127 (2019) para R\$ 193 (2020), houve uma queda significativa em 2021, atingindo apenas R\$ 93 por habitante. Contudo, a partir de 2022 houve uma expressiva recuperação, culminando em R\$ 610 em 2023 — o valor mais alto da série e muito acima das médias da RI Baixo Amazonas e do estado (Grá-

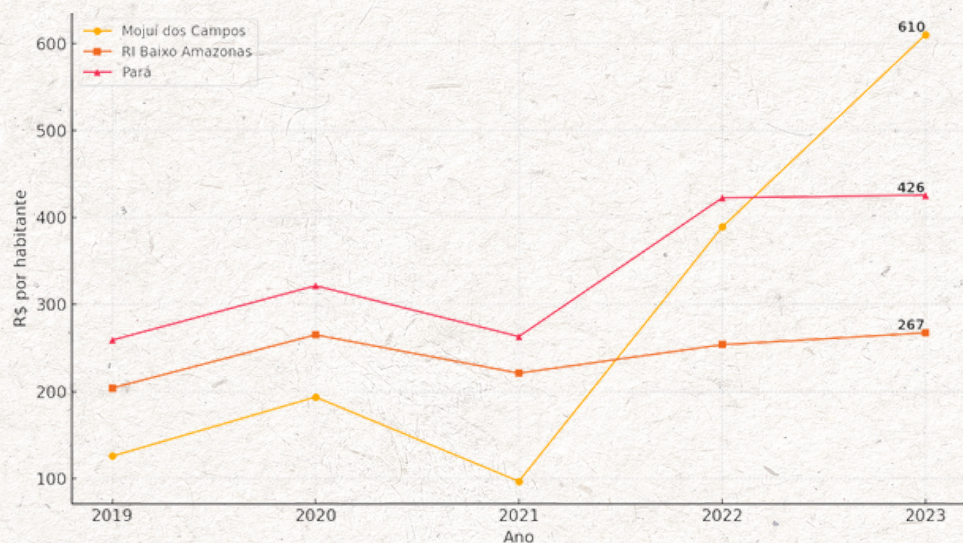
fico 24).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador manteve-se em patamares mais estáveis, oscilando entre R\$ 202 e R\$ 267 ao longo dos cinco anos, com leve tendência de alta após 2021. Essa estabilidade pode indicar uma política de investimento contínuo, porém com menor intensidade quando comparada ao surto de investimentos recentes no município (Gráfico 24).



Já o estado do Pará registrou uma trajetória mais fluida e crescente, saindo de R\$ 261 em 2019 para R\$ 426 em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022. Isso pode refletir a ampliação da atenção estadual a políticas de gestão de riscos ambientais, alinhada às crescentes demandas por resiliência climática (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 610/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Mojuí dos Campos permaneceu com despesa zerada em 2023 nesse indicador durante todo o período analisado, o que evidencia ausência de aplicação direta de recursos na preservação de corpos hídricos no município, ao menos nos termos registrados. Isso contrasta fortemente com as demais esferas territoriais e pode indicar carência de políticas específicas na área ambiental hídrica local (Gráfico 25).

Na RI Baixo Amazonas, os gastos mostraram crescimento significativo: passaram de R\$ 166 (2019) para R\$ 387 (2023), evidenciando uma priorização crescente da temática na agenda regional. Após uma pequena retração em 2022, a região demonstrou forte retomada no ano seguinte, superando inclusive a média estadual (Gráfico 25).

No caso do Pará, os valores

também apresentaram variação significativa, saindo de R\$ 185 (2019) para R\$ 287 (2023), com um pico em 2020 (R\$ 278) e nova ascensão no final da série. Essa oscilação, ainda que menos intensa que no município ou na RI, reflete movimentos de priorização esporádica, mas sustentada, da pauta de proteção hídrica em nível estadual (Gráfico 25).

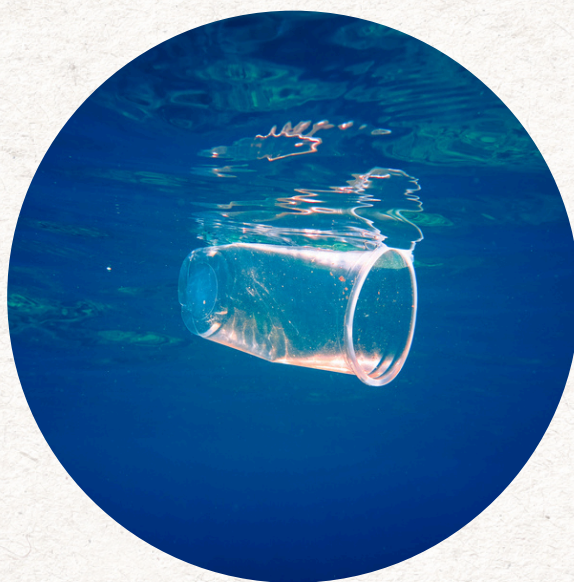
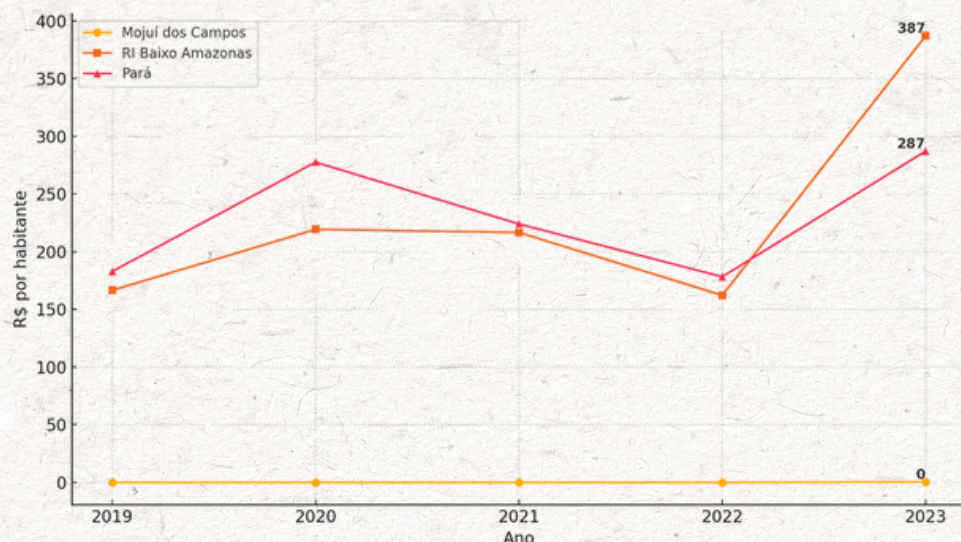


Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Entre 2019 e 2023, o percentual de área de floresta em Mojuí dos Campos permaneceu zerado em todos os anos, sugerindo que não houve registros de áreas classificadas oficialmente como floresta dentro do território municipal nesse período. Esse comportamento contrasta fortemente com os padrões regionais. A Região de Integração Baixo Amazonas oscilou entre 74,3% e 78,6% de cobertura florestal, com ligeira queda em 2022 (60,2%), seguida de recuperação em 2023. Já o estado do Pará apresentou uma trajetória relativamente estável, oscilando levemente entre 67,6% e 65,1%, com pequena redução ao longo dos cinco anos (Gráfico 26).

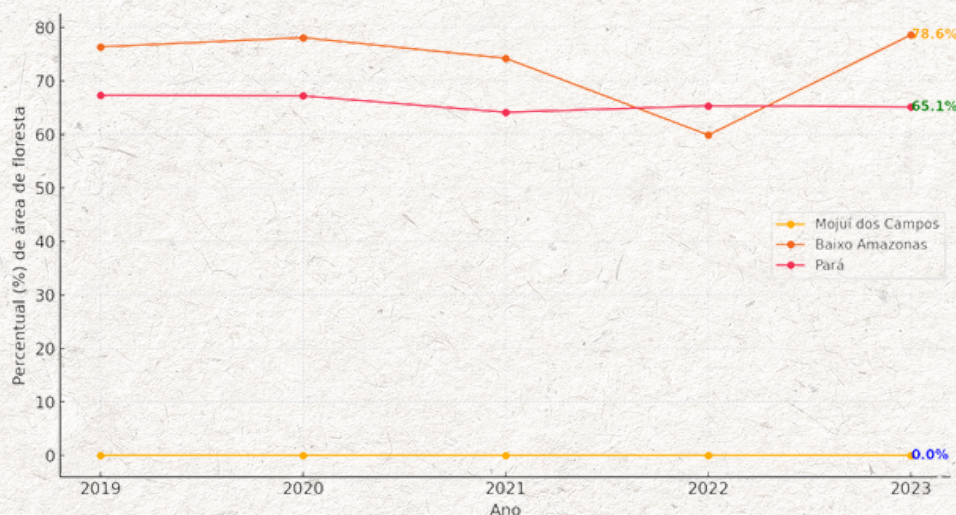
A ausência de cobertura florestal registrada para Mojuí dos Campos pode estar relacionada a classificações fundiárias específicas ou à predominância de outros tipos de cobertura do solo (como áreas agrícolas ou pastagens). Enquanto isso, a RI Baixo Amazonas evidencia forte presença florestal, típica da região



região oeste do Pará, e sofreu redução em 2022 possivelmente por eventos de desmatamento, seguida de recuperação. No estado, a tendência é de leve declínio contínuo, refletindo o avanço gradual do desmatamento em diversas regiões (Gráfico 26).

Essa disparidade entre os níveis territoriais evidencia a necessidade de análises mais detalhadas sobre a metodologia de classificação de cobertura florestal no município, bem como de políticas voltadas à recuperação de áreas degradadas e preservação ambiental. O comportamento da RI e do estado reforça a importância de ações integradas na Amazônia para conter o desmatamento e preservar o bioma (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O percentual de área desmatada em Mojuí dos Campos apresentou estabilidade entre 2019 e 2022, com valores próximos de zero, mas saltou abruptamente para 40,5% em 2023. Esse crescimento vertiginoso, após quatro anos sem alterações relevantes, indica um evento recente de grande impacto ambiental ou uma atualização na metodologia de medição e registro territorial. A magnitude da mudança aponta para uma possível intensificação de atividades que geram supressão vegetal, como expansão agropecuária, ocupações irregulares ou extração de madeira (Gráfico 27).

Em contraste, a RI Baixo Amazonas apresentou estabilidade entre 2019 e 2021 (em

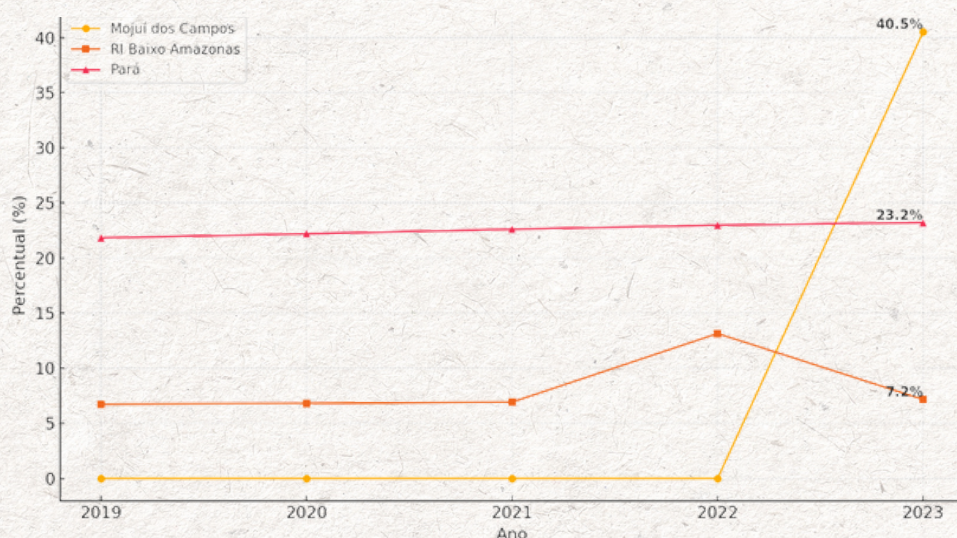
torno de 6,8%), seguido de aumento em 2022 (13,1%) e queda em 2023 (7,2%). Já o estado do Pará manteve um crescimento leve, mas constante, passando de 21,8% em 2019 para 23,2% em 2023. Esses dados revelam que, embora o desmatamento seja um problema presente na região, o salto observado em Mojuí dos Campos em 2023 foi atípico e significativamente superior às médias regionais e estaduais (Gráfico 27).

O dado municipal chama atenção para a urgência de investigação e ações de mitigação. A aceleração do desmatamento pode comprometer serviços ecossistêmicos essenciais, aumentar a vulnerabilidade a eventos climá-

ticos extremos e dificultar o cumprimento de metas ambientais. A resposta institucional diante dessa variação abrupta é fundamental para conter a degradação e orientar políticas de uso do solo mais sustentáveis (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

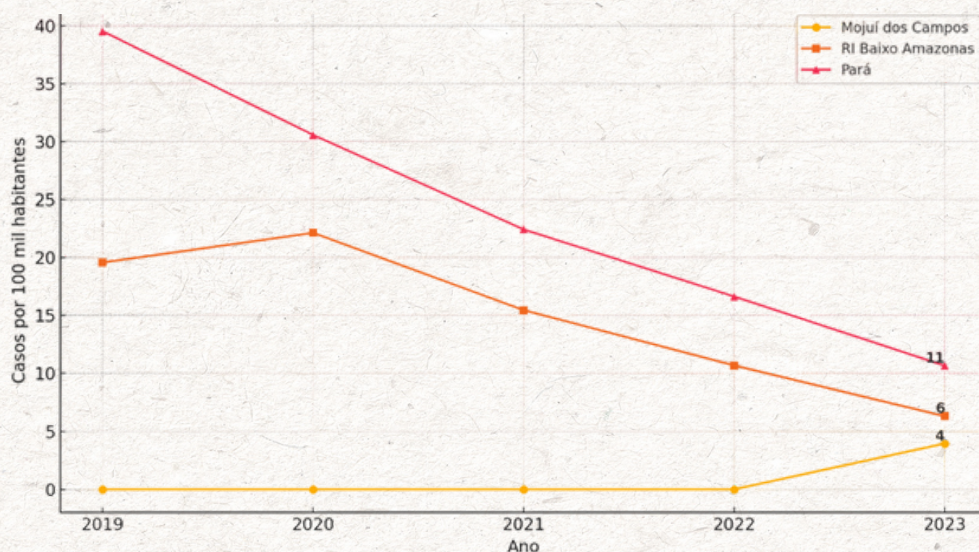
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, Mojuí dos Campos apresentou um cenário de praticamente ausência de casos de trabalho infantil, com registro zero entre 2019 e 2022 e um leve aumento para 4 casos por 100 mil habitantes em 2023. Ainda assim, os valores seguem significativamente abaixo da média estadual e regional, o que pode indicar uma política local eficaz de prevenção ou subnotificação. Essa estabilidade, mesmo com um pequeno acréscimo no último ano, se destaca positivamente em relação aos demais territórios analisados (Gráfico 28).

A Região de Integração do Baixo Amazonas iniciou 2019 com 19,8 casos por 100 mil habitantes, aumentando para 22,2 em 2020 e recuando de forma contínua nos anos seguintes até atingir 6,4 em 2023. Essa trajetória sugere uma tendência de melhora, com reduções expressivas após 2021, o que pode estar relacionado a políticas públicas ou ações interinstitucionais voltadas ao combate ao trabalho infantil na região (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

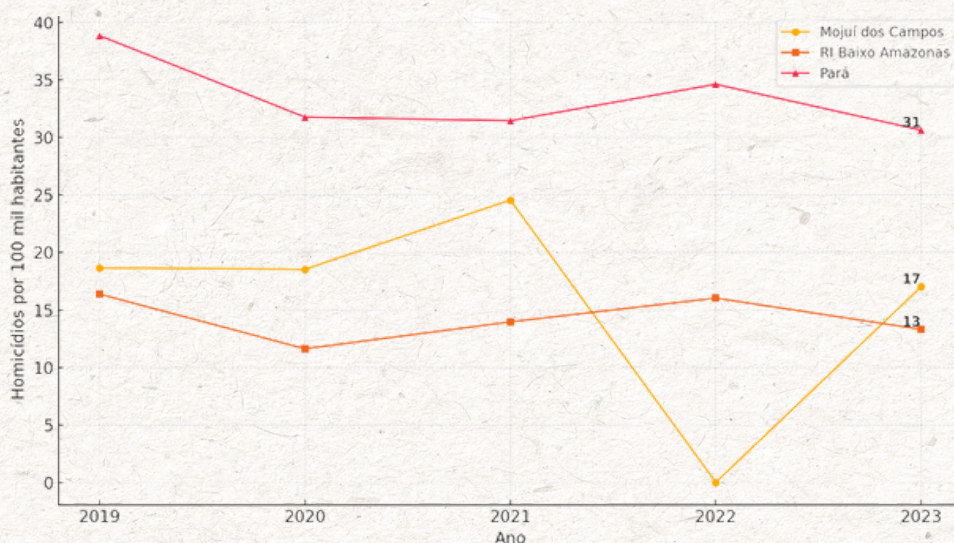
Em Mojuí dos Campos, a taxa de homicídios manteve-se relativamente constante entre 2019 e 2021, oscilando entre 18,6 e 24,5 casos por 100 mil habitantes. Contudo, 2022 apresentou um dado atípico com registro zerado, o que pode indicar uma falha na notificação ou um caso excepcional. Em 2023, a taxa voltou a subir, atingindo 17,1. Essa volatilidade sinaliza a necessidade de cautela na interpretação dos dados e reforça a importância de políticas de segurança mais contínuas e

abrangentes (Gráfico 29).

A Região de Integração do Baixo Amazonas teve taxas mais estáveis, com um leve decréscimo ao longo do período. O indicador caiu de 16,4 em 2019 para 13,3 em 2023, após oscilar entre 11,7 e 16,1 nos anos intermediários. A constância dos dados sugere um controle moderado da violência letal, embora os índices ainda indiquem uma preocupação relevante para políticas públicas (Gráfico 29).

Já o estado do Pará, apesar de uma leve oscilação, apresentou tendência de redução no número de homicídios, passando de 38,9 em 2019 para 31 em 2023. Mesmo com essa queda, os níveis ainda são os mais altos entre os três recortes territoriais, indicando que a violência letal continua sendo um grave problema estadual, exigindo intervenções sistemáticas em segurança, justiça e desenvolvimento social (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



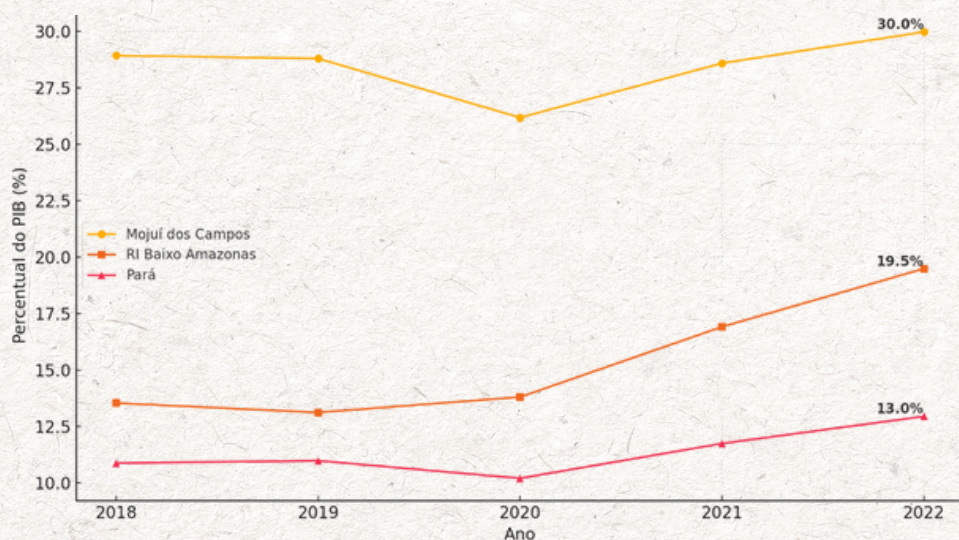
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Mojuí dos Campos apresentou níveis significativamente mais altos de gasto público municipal em relação ao seu PIB do que os demais recortes territoriais. O percentual iniciou em 28,8% em 2018, manteve-se estável em 2019, mas teve uma leve retração em 2020, chegando a 26,3%. A partir de 2021, observou-se uma retomada do crescimento, alcançando 30% em 2022, o maior valor da série, sinalizando uma ampliação da presença e atuação do poder público local em relação à economia do município (Gráfico 30).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi de crescimento contínuo a partir de 2020. O percentual subiu de 13,7% em 2020 para 17% em 2021, e atingiu 19,5% em 2022, refletindo possivelmente o aumento de investimentos públicos regionais em resposta às demandas sociais e econômicas pós-pandemia. Ainda assim, o patamar permanece inferior ao de Mojuí dos Campos, indicando que a média regional dilui o peso relativo do gasto público sobre o PIB (Gráfico 30).

No estado do Pará, o percentual de gasto público municipal como proporção do PIB manteve-se em patamar mais baixo ao longo de todo o período, partindo de 10,8% em 2018 e encerrando 2022 com 13%. Ainda que tenha havido uma recuperação após a queda observada em 2020, os números revelam que, em escala estadual, o gasto público municipal representa uma fração menor da atividade econômica total, o que pode estar relacionado ao maior dinamismo de setores privados na composição do PIB paraense (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

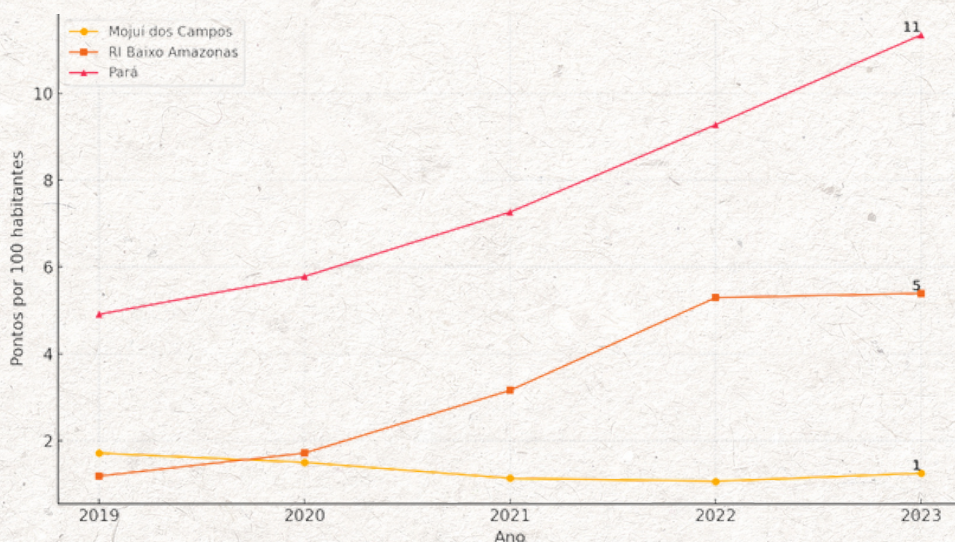
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa no município de Mojuí dos Campos apresentou trajetória de queda e estagnação. O indicador partiu de 1,7 pontos por 100 habitantes em 2019, caindo gradualmente até atingir 1,0 em 2022, valor que se manteve praticamente inalterado em 2023. Esse desempenho revela um retrocesso relativo no acesso à infraestrutura de internet fixa no município, contrastando com a tendência de crescimento observada nos demais níveis territoriais (Gráfico 31).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a trajetória foi inversa: o acesso à banda larga fixa cresceu de forma consistente ao longo do período, passando de 1,2 em 2019 para 5,3 pontos por 100 habitantes em 2023. Esse avanço, especialmente acelerado a partir de 2020, indica expansão dos serviços de conectividade na região, o que pode refletir investimentos públicos e privados, além de políticas de inclusão digital mais efetivas em nível regional (Gráfico 31).

No estado do Pará, o crescimento foi ainda mais expressivo. A taxa saltou de 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019 para 11,0 em 2023, demonstrando um aumento substancial na penetração da internet fixa. Essa evolução coloca em evidência o contraste com Mojuí dos Campos, que permanece estagnado no indicador, sinalizando uma possível defasagem na infraestrutura digital local e uma urgência para estratégias de universalização do acesso à internet no município (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Mojuí dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

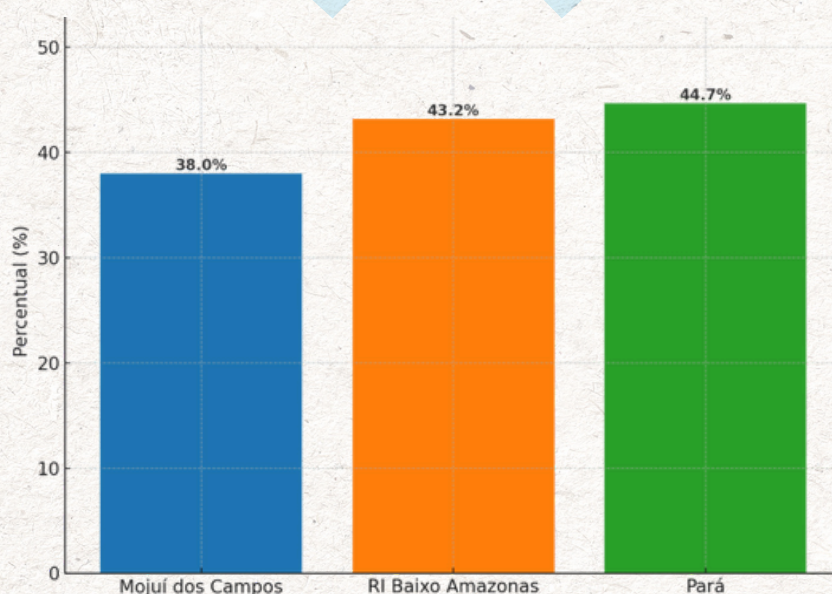
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Mojú dos Campos** registrou um IDS de **38%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Mojú dos Campos x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multisetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



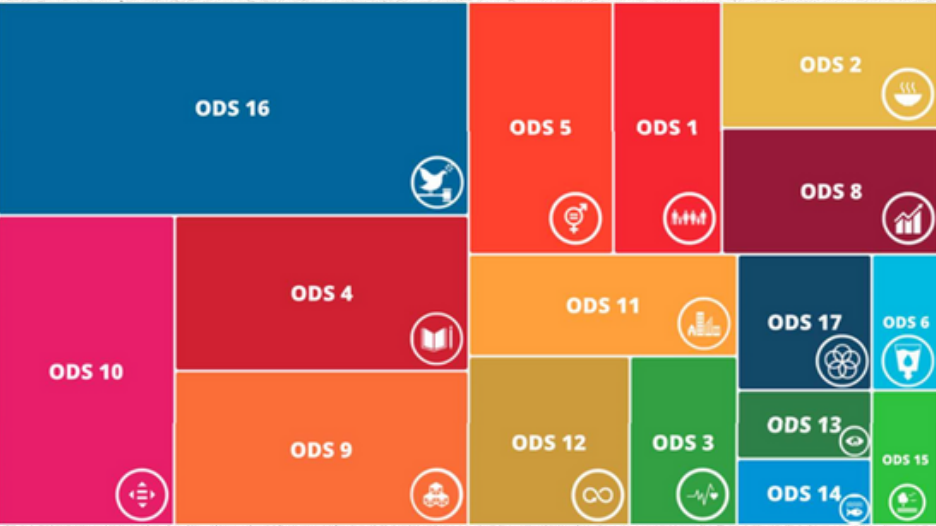
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Mojuí dos Campos na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Mojuí dos Campos e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

